

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Futuro incerto

O fato de o PSDB perder oito vereadores em São Paulo é um sinal de problemas para 2026. O partido dificilmente sobreviverá à janela partidária das próximas eleições gerais. Os tucanos vão esfacelados para esta eleição municipal e as apostas são de que seguirão desse jeito na hora da eleição presidencial.

Balanço

Os partidos só terão um balanço final das filiações em uma semana, mas a avaliação geral é de que o PSDB sairá desta semana como o grande perdedor. Quanto aos ganhadores, a briga está entre MDB, PSD e PL.

E a Petrobras, hein?

A ausência do presidente da empresa, Jean Paul Prates, na reunião do Conselho de Administração da companhia, foi lida na política e no mercado como um sinal claro de que ele está com os dias contados por ali. Porém, conforme o leitor da coluna já sabe, nada será feito de forma açodada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aliás, embora Aloizio Mercadante tenha sido sondado, é preciso esperar que o mercado absorva a mudança.

Enquanto isso, no Banco Central...

Quem assistiu à palestra do presidente do BC, Roberto Campos Neto, no LIIDE, ontem, saiu convicto de que ele deixará vários projetos de inovação prontos antes de sair do cargo, em 31 de dezembro. Vem aí o uso da inteligência artificial e um superapp financeiro.

A hora das escolhas eleitorais

Cresce dentro do PT um movimento de resistência aos planos do governo de recorrer à Justiça para retomar a reeneração da folha de salários dos municípios. A avaliação de alguns é de que qualquer ação nesse sentido terá reflexos negativos no discurso eleitoral que o partido pretende levar aos palanques Brasil afora. E de quebra, ainda dará aos adversários o argumento de que o governo petista quer prejudicar as contas das prefeituras.

Em tempo: quem defende a medida diz que é preciso o PT transformar esse limão numa limonada e passar a defender o equilíbrio das contas públicas. Afinal, são R\$ 10 bilhões que fazem falta na hora de promover os programas sociais. O PT terá que fazer uma escolha e os programas sociais que o partido apoia, caso do Bolsa Família, precisam ser lembrados neste momento.



CURTIDAS

Ed Alves/CB/D.A Press



A maratona de Tereza/ A líder do PP no Senado, Tereza Cristina (foto), virou a madrugada nas filiações partidárias, colocando sua agremiação em primeiro lugar no número de atrações de vereadores, deixando o PSDB, que comanda o Mato Grosso do Sul, na segunda posição.

Sinais/ O empenho da senadora em liderar a política sul-matogrossense indica que os planos rumo a 2026 não são nada modestos. Tereza é citada no partido como aquela que tem potencial para voos nacionais, seja numa cabeça de chapa, seja numa candidatura a Vice-Presidência da República.

Nem tudo são flores, mas.../ Acostumado a reunir um grande contingente de apoiadores sem ser insultado, o ex-presidente Jair Bolsonaro ouviu alguns xingamentos, esta semana, em Goiânia. Os bolsonaristas, porém, acreditam que não chegará ao ponto de ter que optar por "eventos controlados".

... tem situação pior/ Há quem se apresse em dizer que Lula não tem como frequentar restaurantes sem ouvir improperios.

60 ANOS DO GOLPE MILITAR



Lula pediu e não foi atendido

Numa semana repleta de eventos, integrantes e organismos ligados ao governo marcam posição contra a ditadura

» EVANDRO ÉBOLI

Próxima de se encerrar a semana de lembrança dos 60 anos do golpe militar, a constatação é de que a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em vetar atos e manifestações oficiais contra a ditadura não foi atendida. Oito ministros fizeram postagens condenando o regime militar; a Comissão de Anistia — vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos — realizou sessões históricas de votação; autoridades do governo participaram de atos da sociedade civil; e um dos conselhos no qual o governo tem assento aprovou a reabertura da investigação sobre as condições de morte do ex-deputado federal Rubens Paiva.

Além disso, a ex-presidente Dilma Rousseff, presa, condenada e torturada pelos aparelhos da repressão, nos anos 1970, fez referências à data. A direção do PT e a bancada do partido na Câmara também emitiram posições de desaprovação do regime.

Os julgamentos da Comissão de Anistia foram os eventos mais destacados de um órgão de governo. Aproveitando a passagem dos 60 anos, o colegiado aprovou suas primeiras reparações coletivas a grupos específicos alvos dos militares. No caso, duas etnias indígenas perseguidas no regime — os krenak e os guarani-kaioiwá — foram anistiadas e receberam o pedido oficial de desculpas e perdão do Estado.

Outro evento marcante foi a aprovação de condição de anistia política da publicitária Clarice Herzog, por sua luta para

comprovar que o marido, o jornalista Vladimir Herzog, havia sido assassinado nas mãos do Estado, quando estava preso no DOI-Codi, em São Paulo. E não se enforcou, versão oficial que os militares tentaram emplacar. Ivo Herzog, filho do casal, representou a mãe na solenidade.

Principal atingido pela decisão do presidente em exigir silêncio sobre o golpe, o ministro Silvío Almeida, dos Direitos Humanos, foi às redes em 31 de março e registrou: "Por que ditadura nunca mais? Porque queremos um país social e economicamente desenvolvido, e não um 'Brasil interrompido'. Porque queremos um país soberano, que não se curve a interesses opostos aos do povo brasileiro. Porque queremos um país institucional e culturalmente democrático. Porque queremos um país em que a verdade e a justiça prevaleçam sobre a mentira e a violência".

Dilma, que teve pedido de anistia negado no governo Bolsonaro e busca essa reparação na Justiça, afirmou que manter a memória e a verdade histórica sobre o golpe é "crucial para assegurar que essa tragédia não se repita, como quase ocorreu recentemente, em 8 de janeiro de 2023".

Já o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) aprovou a reabertura da investigação da morte de Rubens Paiva, desaparecido pela ditadura em 1971, levado de dentro de casa, no Rio de Janeiro. Presente à reunião, Vera Paiva, filha do deputado, disse que "ao contrário do que Lula andou dizendo, é preciso relembrar o passado para aumentar a compreensão do presente".

Evandro Éboli/CB/D.A Press



Sessão da Comissão da Anistia que reconheceu a perseguição e desterro de povos indígenas pela ditadura



Por que ditadura nunca mais? Porque queremos um país social e economicamente desenvolvido, e não um 'Brasil interrompido'. Porque queremos um país em que a verdade e a justiça prevaleçam sobre a mentira e a violência"

Publicação do ministro Silvío Almeida (Direitos Humanos) em uma rede social

Apex investigará conduta de general

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) vai ouvir três funcionários do escritório de Miami, nos Estados Unidos, para que prestem esclarecimentos sobre possíveis desvios de conduta praticados pelo general da reserva Mauro Lourena Cid, chefe da representação durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. As oitavas serão realizadas na próxima semana, na sede da agência, em Brasília, por uma comissão interna instaurada para

apurar as suspeitas que pesam sobre o pai do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência.

A suspeita é de que Lourena Cid teria usado a estrutura do escritório em Miami para apoiar articulações golpistas e fomentar participação em acampamento no Quartel-General do Exército, em Brasília, contra a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no fim de 2022. Tal desconfiança é reforçada porque, há poucos dias, circulou um vídeo nas redes

sociais que mostra o general circulando pelo acampamento dos bolsonaristas na capital federal.

Três funcionários — dois analistas da Apex e o atual chefe do escritório em Miami, Fernando Spohr — serão os primeiros a serem ouvidos pela comissão de apuração sobre a conduta de Lourena Cid. Ainda não há definição sobre o que será feito com o resultado da investigação interna, que pode levar ao afastamento de integrantes do escritório a depender da gravidade do que for apurado.

De acordo com uma reportagem do site UOL, o pai do tenente-coronel Mauro Cid — que voltou a ser preso por causa de um áudio no qual atacava o Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Alexandre de Moraes — teria voltado a Miami para apagar informações de equipamentos eletrônicos da Apex, mesmo depois de deixar o cargo. Por causa disso, a diretoria-executiva da agência "decidiu determinar rigorosa apuração interna sobre as informações" — salientou em nota.